

Uma perspectiva metodológica para a elaboração de instrumentos terminológicos: a relevância das definições

Maria Luiza de Almeida Campos¹

Hagar Espanha Gomes²

Resumo: No âmbito da Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), a Representação do Conhecimento é o campo de especialidade no qual se configuram os aportes teóricos e metodológicos para a construção de instrumentos terminológicos. Sob esse enfoque, neste artigo, discutem-se os procedimentos para a elaboração de tais instrumentos a partir de uma perspectiva que permite a compreensão do objeto e, consequentemente, a representação dos conceitos a ele relacionados, a partir de um acordo ontológico estabelecido. Objetiva-se evidenciar um certo *modus operandi* para a sua elaboração, ressaltando o papel das definições. As questões consideradas aqui, para evidenciar o papel das definições, no âmbito de tais instrumentos, passam pelos seguintes aspectos: 1. Ressaltar a abordagem onomasiológica adotada na elaboração de definições; 2. Explicitar a metodologia proposta para a identificação dos elementos que compõem uma definição e como é possível estabelecer um procedimento de elaboração e leitura de definições encontradas; e 3. Discorrer sobre os produtos informacionais que podem beneficiar-se dessa metodologia, além de instrumentos terminológicos. A forma de apresentar tais questões se apoia no método narrativo de natureza qualitativa. A narrativa é um método de pesquisa e, ao mesmo tempo, o fenômeno pesquisado, que produz um registro escrito, permitindo ao sujeito narrador posicionar-se como autor e leitor das experiências e vivências narradas. Por fim, considera-se que as definições possuem papel fundamental para a construção de instrumentos terminológicos, e é necessário que o profissional de informação, como um classificacionalista, possa munir-se de bases teóricas e metodológicas para sua elaboração e uso.

Palavras-chave: instrumento terminológico; definição; método onomasiológico.

¹ Doutora em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ibict/UFRJ). Professora dos Programas de Pós- Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

² Livre Docente em Bibliografia na Universidade Federal Fluminense (UFF). Consultora Independente.



A methodologic perspectiva for the elaboration of terminological tools: the relevance of definitions

Abstract: Within Library and Information Science, Knowledge Representation is the field of expertise that contributes with theoretical and methodological bases to terminological instruments construction. Under this focus, from a perspective that allows the understanding of object, procedures for the elaboration of such instruments are discussed; as a consequence, from an ontological commitment its related concepts are achieved. In this paper one aims at demonstrating a certain modus operandi for elaboration of such instruments emphasizing the role of definition. Issues concerning its role in such environment goes through the following aspects: 1) emphasizing the onomasiologic approach in the elaboration of definitions; 2) making the proposed methodology explicit concerning the identification of elements in a definition as well as procedures for its elaboration and the reading of definitions found in literature, and 3) talking about the information products that benefit from this methodology beyond other terminological instruments aimed at. The form of the approaching such issues is based on narrative method of qualitative nature. Narrative is a research method and at the same time the phenomenon studied; it produces a written record that allows the narrator to take a position as an author and as a reader of narratives experienced and lived. Finally, it is considered that definition has a fundamental role in the construction of terminological instruments and also that the information professional, as a classificationist, be equipped with theoretical and methodological bases for the construction and use of such instruments.

Keywords: terminological instruments; definition; onomasiological method.

1 INTRODUÇÃO

A elaboração de instrumentos terminológicos no âmbito da Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) se coloca no Universo da Representação do Conhecimento. Para compreendermos esse Universo e identificarmos as questões a ele pertinentes, adota-se o método de laminação apresentado por Ranganathan na década de 30 do século passado (RANGANATHAN, 1967) para evidenciar os conteúdos dos termos ‘representação’ e ‘conhecimento’. Sem entrar em discussões teóricas, epistemológicas, filosóficas ou outras, vamos partir desse teórico da área da BCI para definir conhecimento, a saber: “a totalidade das ideias conservadas pelo ser humano” (RANGANATHAN, 1967, p. 54). Tais ideias precisam ser fixadas de algum modo para poderem ser manipuladas, ou seja, para que sejam utilizadas e assim produzirem mais conhecimento. Vários dispositivos podem ser empregados nesta ‘fixação’: gráficos, modelos, termos. No universo da BCI, o termo designa o conceito, entendido aqui como unidade de conhecimento, o qual, para



ser utilizado, manipulado, precisa ter seu conteúdo representado. Discutir aqui os princípios e os métodos de análise e identificação daqueles instrumentos é o que se pretende nesta comunicação.

Nesse sentido, objetiva-se apresentar aos profissionais de informação procedimentos para a elaboração de instrumentos terminológicos, como taxonomias e tesouros, a partir de uma abordagem onomasiológica, em que o objeto está no ápice dos procedimentos metodológicos. Essa abordagem considera primeiramente que se chega ao termo por meio do extralingüístico, ou seja, a partir do entendimento do objeto³ no âmbito de um dado universo do conhecimento. O termo seria o *terminum* em uma atividade de conotação sobre o referente para que seja possível seu entendimento e, consequentemente, sua classificação/definição. Em contraposição a essa abordagem, a semasiológica, de abordagem linguística, parte do texto e da possibilidade de extração dos sentidos das palavras presentes nos textos.

Esta linha metodológica de trabalhar os termos e sua relação com outros termos para a elaboração de tais instrumentos advém de uma postura que está pautada na contextualização do objeto em um determinado universo de conhecimento, a partir de um compromisso ontológico entre os especialistas do universo dado. Tal postura metodológica leva à elaboração de definições conceituais que possam estar em consonância com a classificação estabelecida para esse objeto em determinado mundo possível. Mas é também por meio da análise das definições que o profissional da informação, a partir de um certo procedimento de leitura, consegue posicionar o conceito no interior de um sistema de conceitos; o que nos leva à frase clássica: definimos para classificar ou classificamos para definir?

Assim, a proposta é evidenciar um certo *modus operandi* de elaborar instrumentos terminológicos ressaltando o papel das definições, e a forma de, por meio dessas, possibilitar ao profissional da informação uma certa autonomia para adentrar por

³ Objeto pode ser caracterizado, segundo Dahlberg (1978a), como um referente de um dado Universo de Conhecimento, que pode ser identificado como um objeto geral, ou seja: Concreto (um vegetal, animal, um artefato, um lugar ...) ou Abstrato (um sentimento, uma ação, um procedimento, uma qualidade); ou um objeto Individual (nomes próprios de pessoas, coisas, lugares, acidentes geográficos, teorias e assemelhados).



diversos universos de conhecimento e poder, e, por meio de uma base teórica consistente, empoderar-se de seu fazer.

O modo de apresentar tais questões se apoia no método narrativo de como elaborar tais instrumentos terminológicos, a partir de experiências teóricas e práticas ao longo de nossa atividade sobre como o fazer se instaura a partir de tais procedimentos. Nesse sentido, as atividades como docentes e pesquisadores foram instauradoras para as atividades de consultores, que exercemos durante toda a nossa vida acadêmica, permitindo uma prática desse fazer de forma reflexiva. A narrativa é um método qualitativo de pesquisa e, ao mesmo tempo, o fenômeno pesquisado. O registro escrito também permite que o sujeito questione, avalie o que escreveu e como escreveu, posicionando-se como autor e leitor das experiências e vivências narradas (CAMAS, 2001; FLICK, 2004; TAYLOR; BOGDAN, 1987).

Este artigo está assim elaborado a partir desta introdução. Na seção 2, apresentamos o *Modus operandi*, relatando como proceder na elaboração de instrumentos terminológicos, e evidenciando a importância das definições como elementos fundamentais na elaboração de sistemas de conceitos. Na seção 3 – *As definições como um caminho para o entendimento do objeto* –, a proposta é apresentar como utilizar as definições a partir de uma dada forma de “leitura de definições”, em que interpretamos a definição como um enunciado que expressa a forma de entendimento, a partir de um acordo ontológico determinado sobre um dado universo de conhecimento. Nessa leitura, são identificadas as relações e assim conseguimos “classificar” os objetos a partir de uma visão sistêmica, na qual um conceito se relaciona com outros conceitos, formando um sistema de conceitos. Essa seção se divide em três subseções: 3.1 *A abordagem onomasiológica na elaboração de definições*, em que apresentamos em quais bases teórico-metodológicas se apoia tal elaboração; 3.2 *Os elementos de uma definição: um procedimento de elaboração e leitura*, em que apresentamos o tipo de definição considerada para o escopo de instrumentos terminológicos no âmbito da BCI, além de evidenciar a forma que privilegiamos para a elaboração de definições, apresentando, segundo o método narrativo, alguns exemplos de leitura das definições; 3.3 *Produtos que podem se beneficiar do método*, na qual observamos



como esse método pode ser aplicado nos instrumentos terminológicos no âmbito da BCI, assim como em outros artefatos no âmbito da representação e recuperação de informações; e 4, em que apresentamos as *Considerações finais*.

2 O MODUS OPERANDI

Na maioria das vezes, ao se elaborar instrumentos terminológicos em uma dada Instituição, o que se encontra são listas de palavras, fruto da indexação de documentos. A pergunta é: como transformá-las em uma lista de termos, na qual esses termos se relacionam com outros, formando um sistema de conceitos em um dado universo de conhecimento?

Universo de Conhecimento, termo utilizado por Ranganthan (1967), é definido aqui como uma área de conhecimento, um domínio de atividade ou de ação social, por exemplo. Um universo no qual se produz saber a partir de uma atividade do pensar e do fazer. Universo do conhecimento da Covid, da Mulher, da Medicina, da Química, de uma Empresa, entre outros⁴.

Considera-se, também, ser importante, antes de adentrar pelos “passos a seguir”, esclarecer o entendimento de Palavra e Termo. Palavras possuem diversos sentidos e Termos são cunhados já com um significado, pois são frutos da denominação de um objeto em um dado Universo.

É importante pontuar já uma primeira conduta metodológica: quando se chega a um ambiente informacional, encontra-se, na maioria das vezes, essa lista de palavras, como apontado, sendo necessário transformá-las em termos via conceituação. Para isso, em um primeiro momento, é preciso compreender o acordo estabelecido, o acordo sobre o entendimento do objeto que está posto naquele contexto informacional, o que vai se denominar Compromisso Ontológico. Compromisso Ontológico é o acordo firmado em uma comunidade sobre o que esta aquiesce ao objeto a ser representado.

⁴ O termo Universo de Conhecimento será empregado, neste artigo, sempre que for necessário referenciar uma área de conhecimento, domínio de atividade ou de ação social.



Assim, em um dado contexto informacional, para que possa existir comunicação, é necessário que exista sempre um acordo sobre o significado de algo. Esse acordo permite a elaboração de modelos de universos e as classificações refletem esse compromisso assumido. Dessa forma, não existem diversos sentidos, mas um significado, pois a palavra, que possui diversos sentidos, transforma-se em termo em um dado universo.

Dessa forma, quando o profissional da informação chega a uma unidade de informação, com documentação de diversas naturezas, documentos heterogêneos, arquivos audiovisuais, entre outros, o primeiro *modus operandi* ou do seu fazer diz respeito a aculturar-se desse comprometimento ontológico ou, dito de outra forma, entender quais são os acordos estabelecidos, conhecer a estrutura organizacional da Instituição e os procedimentos informacionais existentes, fazer um estudo da área, dos objetivos da instituição, em suma, fazer um Diagnóstico!!!

Isso vai ajudá-los a analisar as palavras e as transformarem em termos. Assim, entender o universo de conhecimento em que estão inseridos, no qual existe um mundo de objetos a serem representados.

Dessa forma, saindo da palavra e apropriando-se dos conceitos do universo que se descreve, apresenta-se um segundo momento do fazer, que iremos denominar de Método de Raciocínio. Tal método é utilizado para observar o objeto no âmbito daquele Universo.

Considerando o Método de Raciocínio defendido por Dahlberg (1978a) – o Método Analítico-Sintético –, classificam-se os objetos de um dado universo da seguinte forma: reconhece-se a existência de objetos em um dado universo, mas reconhece-se também que aquele universo possui objetos de diferentes naturezas, coisas, processos, propriedades de coisas, tempo, lugar; e é na análise das propriedades/características desses objetos que se consegue identificar o lugar mais adequado para classificá-lo. Analisam-se os objetos naquele mundo em que um comprometimento ontológico foi estabelecido e encontra-se para eles uma dada categoria para agrupá-los. Dessa forma, consegue-se ultrapassar a lista alfabética e encontrar uma dada forma de agrupamento em um alto nível. Aqui se



inicia o movimento de organizá-los em uma ordem lógica, que parte da forma de pensar em categorias: coisas, processos, propriedades, locais, tempo, a partir de Categorias tão preconizadas em nossa área por Ranganthan e seguidas pelo *Classification Research Group* (CRG). Mas, para esse entendimento do objeto, é necessário selecionar as características que descrevem o objeto e que melhor se adéquem a aquele universo.

Essa seleção das propriedades do objeto, que, no nível do conceito, são as suas características, é possível de ser realizada a partir da abordagem onomasiológica. Nesse sentido, o profissional da informação, ao se deparar com as palavras candidatas a termos, deve apropriar-se daqueles significados adequados ao universo em tela. Essa abordagem possibilita que ele vá ao encontro do significado pretendido por meio do levantamento de diversas definições existentes na literatura, em várias fontes, ou mesmo por meio do levantamento de explicações que podem ser obtidas com a fala do especialista de uma dada comunidade. Entretanto, em sua busca, seu objetivo não é exatamente descobrir uma definição ou explicação completa e ideal para o seu propósito: ao encontrar uma definição apropriada que atenda, irá utilizá-la, mas quando isso não acontecer, o que ocorre na maioria das vezes, ele tem a competência de elaborar as definições por meio das características que foram selecionadas como uma forma de olhar o referente. A partir de tal olhar, é possível então determinar as características (essenciais) que permitem posicionar esse conceito em um dado sistema de conceitos, explicitando também outras características (acidentais) que o diferenciam de outros conceitos. Tais características podem ser identificadas a partir das propriedades dos objetos analisados. Dahlberg (1978a) também nos diz que o que é essencial e accidental dependerá do universo em tela para a classificação que se está construindo.

Essa forma de “construir” uma definição acaba sendo também uma forma de classificar e posicionar o conceito. Nesse sentido, as ações de classificar e definir estão diretamente relacionadas, levam ao mesmo objetivo, ou seja, o de posicionar o conceito em um sistema de conceitos. Essa postura revela bem o que Ranganathan define como classificacionista: aquele que constrói classificações e não somente um classificador que usa classificações já prontas.



A partir desses passos, e mais alguns relacionados à como classificar todos os conceitos em classes em uma ordem lógica e consistente, é possível apoiar-se na Teoria da Classificação Facetada por meio de seus princípios e cânones (RANGANATHAN, 1967). Isso torna possível pensar um universo de conhecimento com uma dada ordenação, com uma dada hierarquia, em que, por meio de tal *modus operandi*, produz-se uma taxonomia. Para se chegar a um tesouro, é preciso evidenciar outras relações, chamadas por Dahlberg de relações ônticas (DAHLBERG, 1978a). Essas relações – entre uma coisa e um processo, uma coisa e suas propriedades – ajudam aquele que vai buscar um determinado conteúdo a evidenciar a existência de temáticas afins.

Esse *modus operandi* nos leva então a trabalhar de uma certa forma com as definições que passam a ser nosso objeto de estudo, bem como o material que permite o entendimento sistêmico do objeto e de sua representação. As definições são assim por nós consideradas elementos fundamentais para a elaboração de instrumentos terminológicos. Essa linha metodológica, de abordagem onomasiológica, como se verá adiante, instaura-se a partir de engenheiros preocupados em dar nomes a técnicas, procedimentos, instrumentos, e que, na década de 30 do século passado, autodenominaram-se terminólogos, diferentes dos linguistas, que trabalham com uma abordagem semasiológica, na qual as unidades de representação para eles são as palavras e seus diversos sentidos.

Mas foram os estudos em Dahlberg (1978a, 1978b, 1981a, 1981b, 1983), sintetizados a seguir de forma bastante didática, que nos autorizaram, durante todo o percurso como pesquisadores, docentes e consultores, a nos conduzirmos como acima relatado. Diz Dahlberg (1981a):

O modo mais apropriado de trabalhar é começar por estruturar o domínio científico de estudo, depois fazer uma primeira classificação dos termos que serão definidos em função dessa estruturação. No entanto é preciso estar pronto, no curso do trabalho de definição, para modificar a estrutura geral em função dos conhecimentos. O próprio trabalho de definição pode, ele mesmo, desde o início, ter caráter ‘provisório’; compararam-se, logo de início, vários termos definidos provisoriamente, depois estabelece-se entre eles uma ligação cada vez mais sistemática; por fim, são organizados em classes de maneira definitiva, acompanhados das formulações das definições apropriadas. Se



conseguimos enquadrar as definições em um sistema de conceitos coerente, de tal sorte que se possa utilizar o genérico que está naquela parte que define como elemento de estrutura do sistema e que não haja necessidade de recorrer, em cada definição, a esse genérico, é possível apresentar o que define de maneira extremamente concisa, especialmente quando os elementos adicionais ali presentes estão definidos em algum lugar na classificação (convém, então, dar a esses elementos uma marca para indicá-la) (DAHLBERG, 1981a, p. 254, tradução nossa).

Nesse sentido, as definições se apresentam como um elemento fundamental para a construção de instrumentos terminológicos, pois elas permitem posicionar o conceito em um dado universo visando à elaboração de sistemas de conceitos, como pode ser visto adiante.

3 AS DEFINIÇÕES COMO UM CAMINHO PARA O ENTENDIMENTO DO OBJETO

Definições são produtos da compreensão sobre conceitos em um dado mundo possível, que aqui denominamos universos de conhecimento. As definições de conceitos apresentam, assim, um dado conhecimento no que se refere aos objetivos desse universo. Por meio delas, é possível identificar as relações que os conceitos possuem com outros conceitos.

É possível observar que o termo definição possui diferentes significados, que vão da simples explicação de palavras, passando à descrição especializada (PAP, 1964, p. 49). Entretanto é unânime, entre especialistas e lógicos, o reconhecimento de que as definições devem possuir condições para que se possa, por meio delas, atingir "a precisão da língua na demonstração e na comunicação, a aquisição de conhecimento sobre as coisas e situações, e, por conseguinte, a construção de sistemas científicos" (DAHLBERG, 1981a, p. 245).

Seppällä e colegas (2017) também afirmam que, independentemente do tipo de recurso em que aparecem e seu contexto de uso, as definições têm duas funções principais: uma função cognitiva, em que a proposta é aumentar ou reconfigurar (restringir ou corrigir) nosso conhecimento do mundo em relação a um determinado termo⁵, assim permitindo-nos entender melhor o significado de um

⁵ Aqui entendendo *termo* como representante de um conceito.



termo em um contexto específico de uso e criar novas conexões e interpretações semânticas significativas; e uma função linguística, que visa descrever ou prescrever o que devemos entender quando um ou mais falantes usam o termo definido em um contexto específico de uso (SEPPÄLÄ; RUTTENBERG; SMITH, 2017, p. 77).

As afirmativas recentes de Seppällä, Ruttenberg e Smith (2017, p. 77) sobre a dupla função da definição – cognitiva e linguística – já estavam presentes nas palavras de Dahlberg na década de 80 do século passado:

estabelecer uma equação de significação: do lado esquerdo (o mais curto) se encontra o definido (*Definiendum*) e do lado direito (o mais longo) o definidor (*Definiens*), ou seja, o que define. As definições de conceitos estabelecem, de um lado, os limites da significação (do conteúdo) do conceito de um objeto e, de outro lado, fixam a significação (equação termo e conteúdo) do conceito de um objeto. Ao colocar à esquerda um termo ainda desconhecido e colocando-o em equação com o que já é conhecido, ligam-se aos conhecimentos existentes, tornando-o inteligível (DAHLBERG, 1981a, p. 245, grifo nosso).

Partindo dessa premissa – as definições de conceitos são equações de significações sobre o entendimento de uma dada comunidade, sobre objetos em um universo de conhecimento –, nós nos apoiamos em uma abordagem onomasiológica como um modo para redigir definições conceituais, como um caminho metodológico. Tal abordagem advém da análise de um elemento extralingüístico (o referente/objeto). Seu *modus operandi* parte, dessa forma, da identificação das propriedades do referente a partir de um acordo ontológico estabelecido em um dado universo de conhecimento. Sendo assim, por meio da formulação dos enunciados sobre as propriedades dos referentes, é que se obtêm as características dos respectivos conceitos.

Para o entendimento desses procedimentos, esta seção está organizada em três partes: em 3.1, apresenta-se o método onomasiológico, apoiado pela Teoria do Conceito (DAHLBERG, 1978b) para trabalhar as definições; em 3.2, foca-se nos elementos que constituem as definições, visando sua elaboração e uso para a implementação de instrumentos terminológicos; e em 3.3, relacionam-se alguns produtos que podem ser elaborados a partir dessa metodologia.



3.1 A abordagem onomasiológica na elaboração de definições

A abordagem onomasiológica baseia-se no postulado da funcionalidade construtivista da linguagem e encontra alguns de seus elementos na “Lexicologia Construcionista”. De acordo com esse postulado, a linguagem desempenha, ao lado das outras funções (comunicativa, interacional, etc.), a tarefa fundamental de “construir” o referente do discurso (CAMPOS, 2010 *apud* LIMA, 2007).

Dahlberg (1978b) parte dessa abordagem quando propõe a análise de um elemento extralingüístico (o referente), a partir do qual são estabelecidas perguntas sobre esse referente, de forma a permitir uma certa sistematização desse referente em um dado universo de conhecimento.

Para Dahlberg (1983), o ato de definir é uma construção de aspectos selecionados do referente realizado pelo “olhar” de um grupo que aquiesce ao seu entendimento em um dado espaço de conhecimento. Dessa forma, esses elementos que formam o conceito – as características – são propriedades dos referentes (objetos concretos ou abstratos) que, no nível do conceito, passam a ser também características do conceito. As características são, pois, aspectos que se estabelecem a partir de um “acordo” sobre as propriedades dos referentes. Por isso, ‘conceito’ em Dahlberg representa uma unidade de conhecimento sobre o acordo firmado no interior de um universo de conhecimento. As características também são conceitos e são usadas para classificar e definir outros conceitos. As características são elementos da definição e revelam as conexões existentes entre o conceito em questão e os demais por meio de suas relações (GOMES; CAMPOS, 2019).

A definição revela, pois, a classificação dos conceitos a partir de um compromisso ontológico estabelecido em um dado universo; ela é a consequência dessa classificação (CAMPOS, 2010).

Na elaboração de instrumentos terminológicos, fundamentalmente em sua parte sistemática, na qual um modelo classificatório de um dado universo se apresenta, as relações categoriais são fundamentais, pois permitem uma primeira estruturação do conceito no interior de um universo. Como Dahlberg (1978, p. 34)



afirma, “as categorias fornecem ao mesmo tempo os esqueletos, os ossos e os tendões para estruturar todo o conhecimento”.

Em nossas pesquisas, fruto também de atividades de consultorias na elaboração de instrumentos terminológicos, pôde-se constatar que, além de as categorias serem utilizadas para a ordenação dos conceitos, no nível do referente, do extralingüístico, elas também são utilizadas para que se possam fazer perguntas sobre o universo: em um determinado universo, existem objetos materiais e imateriais, propriedades, procedimentos, lugares, qualidades, princípios, entre outros.

A abordagem onomasiológica inicia não somente com o levantamento de um *corpus terminológico*, mas também, e ao mesmo tempo, pode-se dizer, com a identificação dos referentes que podem popular as categorias. Essa abordagem, desde o início do procedimento de recolha do *corpus*, já possibilita a escolha de categorias para classificar o referente, a partir do acordo estabelecido no âmbito de um dado universo de conhecimento. E isso é o que acima denominamos “construir” o referente do discurso. A partir dela, não se produz uma lista alfabética do *corpus*, mas, desde o início, classificam-se os termos em uma dada categoria do universo trabalhado.

Essa forma de adentrar no universo do conhecimento nos leva a poder realizar a captura do conhecimento auxiliados não somente pelo especialista, mas também pela consulta a glossários ou a outros textos de especialidade sobre o universo para encontrar conceitos que respondam positivamente ou não a essas categorias. Esse é um procedimento de idas e vindas, de análise e síntese. E assim, quando se dá a identificação a qual categoria o referente pertence, é possível determinar as relações (lógicas e ônticas (de parte – todo e funcionais)) no interior dessas categorias, de forma a construírem-se sistemas de conceitos em um dado universo. A classificação desses conceitos em tal universo permitirá então determinar a sua enunciação por meio de uma definição que espelhe o acordo estabelecido (GOMES; CAMPOS, 2019).



3.2 Os elementos de uma definição: um procedimento de elaboração e leitura

Definições elaboradas a partir da abordagem onomasiológica pressupõem o entendimento do objeto, ou seja, o que ele é, quais são seus elementos constitutivos, sua função e finalidade. Dessa forma, o modo pelo qual observamos o objeto irá apontar as suas propriedades, a partir de um dado acordo ontológico, o que acaba possibilitando uma certa forma de análise do objeto e, consequentemente, sua definição.

Assim, no nível de representação de um sistema de conceitos, as propriedades de um objeto passam a ser as características de conceitos e as definições devem ser estudadas como um método para o entendimento do conceito e para o seu posicionamento em um sistema de conceitos de um dado universo.

Existem vários tipos de definição e formas de definir (PAP, 1964; DAHLBERG, 1981a, 1981b; SEPPÄLÄ; RUTTENBERG; SMITH, 2017). Dahlberg (1981a) as distingue como referenciais e semânticas. As primeiras estabelecem a significação de um termo dado; enquanto as últimas delimitam a significação do entendimento de um conceito.

A *definição referencial* remete essencialmente aos conhecimentos enraizados na língua (equivalência léxica, definição tradicional, explicação de uma abreviação) [...] A definição semântica, ao contrário, diz respeito aos conhecimentos relativos ao objeto ou ao estado de coisas de um conceito: suas características essenciais, e talvez também suas características accidentais, estão nomeadas no definido [...] A diferença entre as duas formas é que a definição referencial tende a fixar o uso de uma palavra enquanto a definição semântica procura constatar as relações e as diferenças (DAHLBERG, 1981a, p. 247-248).

As definições semânticas, foco deste estudo, também denominadas por Dahlberg como conceituais e reais (DAHLBERG, 1981b), são descritas como uma definição em que o *definiens* ('como algo deve ser definido') contém as características necessárias de um referente nomeado pelo *definiendum* ('o que é definido').

Quanto à forma de definir, privilegia-se aquela estruturante, visto que o primeiro elemento da definição é aquele que explicita a essência do referente, o que ele é: uma substância, uma propriedade, uma quantidade... ou seja, passo a passo chega-



se a um conceito de abrangência maior (categorias). Os demais elementos são secundários e mantêm algum tipo de relação com o que é definido. Tal abordagem traz consigo uma perspectiva sistêmica, visto que o objeto a ser analisado se insere em um universo, e o conceito que resulta da análise reflete, de algum modo, [ou: parcialmente] a organização desse universo, ou seja, produz uma série vertical, uma taxonomia.

Nesse sentido, Dahlberg (1981a) recomenda que se deve estruturar:

as formas simples e complexas das definições semânticas com auxílio da distinção aristotélica entre *genus proximum* e *differentia specifica*. Trata-se de nomear sempre em primeiro o definidor, o ‘definiens’, o genérico, e em seguida a característica restritiva ou distintiva do conceito em tela, por exemplo: galo silvestre =df pássaro galiforme cujos pés são emplumados (genérico) – que vive nos pântanos e prados da Europa (característica distintiva) [...] No caso de certas definições semânticas muito complexas, uma nova estruturação formal do definidor (genérico e características restritivas) é indispensável para permitir ao leitor analisar, segundo as características que as compõem, o definidor que foi formado diferentemente por razões de ordem linguística. Exemplo: inflamação =df reação do corpo visando combater o agente patógeno que é provocado por fatores de ordem física, química e outros nos tecidos e que se manifesta pelas perdas, no nível dos vasos, do plasma sanguíneo e, mais tarde, de leucócitos. *Análise do definidor: Genérico:* reação de defesa do corpo nos tecidos; *Características restritivas:* causas a) causada por agentes patógenos, b) provocada por fatores de ordem química e outros; efeitos: a) perda de plasma sanguíneo no nível dos vasos, b) perda de leucócitos. Este exemplo mostra claramente quanto a determinação de conceitos depende do conhecimento do objeto, do fenômeno e do estado da coisa em questão. Não se pode, então, partir do princípio de que uma definição semântica, uma vez estabelecida, permanece sempre válida. É preciso atualizar constantemente, com auxílio de publicações de especialistas em função do estado atual dos conhecimentos (DAHLBERG, 1981a, 248-249).

A partir de tal abordagem, é possível a elaboração de enunciados definitórios, como o conjunto de características que descrevem um objeto em um dado universo, e que têm por função, além de permitir o posicionamento desse objeto em um dado domínio, possibilitar o entendimento de toda sua complexidade, ou seja, quais elementos ônticos (relações funcionais e partitivas) possam ser agregados aos elementos lógicos (relações de gênero-espécie) (CAMPOS, 2010 apud DAHLBERG, 1983).



Na elaboração de instrumentos terminológicos como tesouros, é possível, igualmente, identificar as características dos conceitos ali apresentadas e determinar as relações lógicas e ônticas.

Os exemplos a seguir, nos universos da Gastronomia e da Cultura Popular Brasileira, respectivamente, reforçam o argumento apresentado. A partir da análise das definições, é possível determinar as relações entre os conceitos; dito de outro modo, a partir das características identificadas, que são também conceitos, são estabelecidas as relações, como ocorre nos tesouros:

Exemplo 1 – Bule (Universo da Gastronomia)

Definição: utensílio de mesa, bojudo de gargalo estreito, com asa, tampa e bico, de porcelana, cerâmica ou outro material, usado para fazer e/ou servir café, chá, chocolate etc.

Na análise dessa definição, pode-se verificar que Bule está sendo definido como um “Utensílio de Mesa”, o primeiro elemento evidencia o que a coisa é naquele Universo de Conhecimento. Se o objetivo desta análise for elaborar um Tesauro, essa constatação permitiria apontar a relação genérica – específica entre Bule e Utensílio de Mesa, ou seja, Bule TG Utensílio de Mesa e respectivamente Utensilio de Mesa TE Bule.

A definição acima também apresenta outras características, possíveis de identificar, como a relação todo parte, pois quando é explicitado que BULE possui componentes como: gargalo, asa, tampa e bico, pode-se apontar em tesouros as relações partitivas, ou seja, Bule TEP Gargalo, Asa, Tampa, Bico. Sob outro aspecto, podem-se identificar ainda relações funcionais, também denominadas de associativas, ou seja, Bule é utilizado para servimento de café, servimento de chá..., Bule TA Servimento de Café.

Exemplo 2 – Calunga (Universo da Cultura Popular Brasileira)

Definição: insígnia sob a forma de boneca, encarnando nos seus axés a força dos antepassados do grupo do maracatu.



Na análise dessa definição, pode-se verificar que “Calunga” está sendo definido como uma Insígnia. Apesar de ter forma de Boneca, e existir uma Classe Brinquedo no universo da Cultura Popular Brasileira, ela não pode ser classificada como tal, pois o que dá a característica essencial a esse objeto é a função de ser um objeto místico. Dessa forma, na elaboração de um Tesauro, essa constatação permitiria apontar a relação genérica-específica entre Calunga e Insígnia, ou seja, Calunga TG Insígnia e respectivamente Insígnia TE Calunga.

A definição acima também apresenta outras características que podem ser identificadas, como a relação todo parte: Calunga é um elemento que encarna os axés e representa a força dos antepassados em um Grupo de Maracatu. Nesse sentido, ela é um elemento que compõe, que faz parte de um Grupo de Maracatu. Assim Calunga TGP Grupo de Maractu e, consequentemente, Grupo de Maracatu TEP Calunga. Identificamos, também, relações funcionais, denominadas de associativas, ou seja, Calunga tem forma de Boneca, mas não é um tipo de Boneca, pois a sua função não é a de ser um objeto lúdico e sim um objeto místico. Assim, em um tesauro no Universo da Cultura Popular Brasileira, Calunga tem uma associação com Boneca: Calunga TA Boneca e, consequentemente, Boneca TA Calunga.

O que se considera nos exemplos acima é que, no levantamento de definições que possam atender aos propósitos de um dado universo de conhecimento, é preciso atentar para os elementos que se encontram em tal definição e que possam determinar, como dito anteriormente, o que a coisa é, quais são os seus componentes e sua finalidade. Assim, na análise das definições levantadas, é importante identificar se aquela definição conceitual possui elementos que possam ser tipificados como: genérica, partitiva ou funcional. Por vezes, o resultado de uma busca traz uma definição que privilegia um aspecto, outra inclui mais de um aspecto. O importante é saber identificar esses aspectos nas definições ou explicações levantadas em glossários e dicionários especializados; isso permite ao profissional da informação colocar-se em um lugar de protagonista do processo de construção de instrumentos terminológicos, tornando-se um classificacionista, como diz Ranganathan, aquele que elabora classificações e não somente as usa.



A experiência de elaboração de instrumentos terminológicos tem evidenciado também que encontramos, na maioria das vezes, definições incompletas, aquelas que não possuem todas as características necessárias para o seu uso na elaboração de sistemas de conceitos, como instrumentos terminológicos, por exemplo. Nesse caso, será necessário, por meio de buscas em fontes diversas, elaborá-las, visando atender aos propósitos relacionados aos acordos ontológicos estabelecidos em um dado universo, como já mencionado na seção 2 (*Modus operandi*) deste artigo. Na elaboração de tais definições, deve-se, como um classificacionista, observar também algumas regras, segundo Dahlberg (1981a, p. 252), como boas práticas quando se formulam definições, ou seja:

- a) as definições não devem conter palavras inúteis (simplicidade);
- b) a significação das palavras ou dos termos utilizados na parte que define (definidor) deve ser conhecida ou explicada (clareza);
- c) a formulação deve corresponder ao nível de conhecimentos linguísticos e técnicos do leitor, ou seja, as definições voltadas aos alunos serão diferentes daquelas voltadas para os cientistas.

Além desses aspectos, todos os outros acima mencionados devem também ser utilizados ao se elaborar definições semânticas, verificando que as características que são selecionadas do conceito a ser definido possam responder a questões que envolvam as relações lógicas e ônticas do conceito em um dado universo.

3.3 Produtos que podem se beneficiar do método

O método de análise e identificação de objetos e os princípios e métodos de ordená-los sistematicamente levaram a um banco de conhecimento, pois ali estão as unidades de conhecimento: os conceitos de um universo representados por seus termos e conteúdos fixados por definições ordenados logicamente segundo as categorias.

Em geral, o objetivo visado é a produção de um instrumento para indexação e recuperação. Porém, ao adotar bases teóricas que levaram ao banco de conhecimento, este mostrou alcance maior. Organizações internacionais, como a



International Standardization Organization (ISO), têm dedicado atenção às questões conceituais e terminológicas; e engenheiros e demais pesquisadores têm participado ativamente na revisão das normas. A abordagem semasiológica, que leva a uma terminologia descritiva, perde espaço no universo científico e técnico, pois não garante denominações unívocas, as quais impedem falhas de raciocínio, tendo em vista que nem sempre tais denominações espelham o significado pretendido, por terem sido mal construídas ou construídas de forma inadequada, o que significa atuar também nessas denominações, preocupação dos terminólogos.

A abordagem aqui apresentada e que centraliza a discussão na definição do conceito vai ao encontro de engenheiros e técnicos voltados à terminologia. Para que as terminologias possam ser operacionalizadas, teorias devem ser desenvolvidas não apenas com princípios de conceituação que permitam apreender os objetos do mundo, mas que permitam uma certa objetividade – isto é, aceita e compartilhada por uma comunidade (ROCHE, 2007, p. 4). Mais que definir o objeto, é preciso representá-lo para ele poder ser manipulado pelo computador. E “as relações só podem ser identificadas após a definição, ou seja, após a ontologia, no sentido de a etimologia da palavra ser construída” (ROCHE, 2008, p. 11).

Tais afirmativas evidenciam a estreita relação entre os princípios e os métodos aqui defendidos e a terminologia que nomeamos ‘sistêmica’, e que adota a abordagem onomasiológica em detrimento da terminologia descritiva, de abordagem semasiológica.

Esse posicionamento fica explícito nas iniciativas de dois grupos que atuam de modo harmônico na construção de bancos de conhecimento, constituídos por engenheiros do conhecimento. Na *Université Savoie*, na França, a Equipe *Condillac*, do *Laboratoire LISTIC* tem um grupo de pesquisa *Ontotérminologie* (ROCHE, 2005) que promove as conferências - *Terminology and Ontology: Theories and applications* (TOTh) (TERMINOLOGY, 2020). Na Universidade de Trier, Alemanha, destaca-se a Sociedade para Estudos de Terminologia e Transferência de Conhecimento (*Gesellschaft für Terminologie und Wissenstransfer - GTW*) e suas conferências TKE, que reúnem especialistas da Terminologia, da Ciência da



Informação, da Ciência da Computação, com vistas a discutir métodos e ferramentas computacionais e integração de metodologias de terminologia e ontologias (SAUBERER, 2011, p. 57).

Mas toda teoria precisa ser testada, ininterruptamente, para comprovar sua validade e atualidade, entre outras questões. Em relação à aplicação da abordagem aqui apresentada, podemos ressaltar dois tipos de resultados: o primeiro, a construção de um banco de conhecimento, produto dos princípios teóricos adotados; e o segundo, que engloba os **usos possíveis** de tal banco. Entre outros resultados, ser o instrumento terminológico da indexação/recuperação; prover um modelo de definição que propicie, em parte, a formalização das definições para as ontologias; oferecer bases para a navegação na elaboração de produtos/serviços na Web por meio do uso das categorias e relações.

Na recuperação da informação, atividade em que o usuário tem participação ativa, ou seja, depende dela a maior ou menor possibilidade de uma busca bem-sucedida, ele depende de um instrumento que ‘sugira’ outras possibilidades além das palavras utilizadas: ali estão outras formas possíveis para o tema buscado, seja em relação ao significado (sinonímia), seja em relação a relações outras – maior especificidade (taxonomia, via termos específicos), ideias associadas (relações associativas, funcionais), esclarecimento sobre o conteúdo (definições), orientações diversas (notas de uso, alterações de significado) e assim por diante. O que o usuário tem, de fato, é um tesouro, produzido a partir do esforço intelectual de análise de um dado objeto em um dado universo para o estabelecimento de uma definição.

Outra possibilidade de acesso, introduzida pela tecnologia de informação, é a navegação, cujas abordagens iniciais devem-se a bibliotecários, ao introduzir o conceito ‘arquitetura de informação na web’. Tal conceito privilegia o devido lugar na organização de uma página web a partir de conceitos discutidos aqui, em especial a categorização identificada a partir das definições. Mais do que isso, uma orientação para ordenar os conteúdos a partir da sequência lógica das categorias.



Como se observa, é grande o espaço de pesquisa para os pesquisadores da BCI, universo que tem método e teoria endógenos, que lhes garante espaço privilegiado na discussão dos aspectos semânticos e sistematizadores dos conceitos e termos em ambientes diversos, científicos ou não.

É evidente que a comunidade alvo de um serviço/produto de informação pode requerer maior ou menor especificidade na definição, um ou outro critério na forma do termo. Mas é no processo de definir que se obtêm os elementos para tal. Usando a riqueza da língua, podemos utilizar os sentidos e o significado das palavras na sentença: o termo [o término] do processo de análise e definição nos leva ao *termo*.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Definição é um tema relevante para vários ramos do conhecimento. Há muitas teorias e abordagens para o tema e, ainda, muitos tipos. Pesquisadores e filósofos têm-se debruçado sobre o tema por se tratar de um meio para melhor organizar o pensamento e a comunicação. Para o universo da Organização e Representação do Conhecimento, acrescente-se o propósito final, que é a elaboração de um instrumento de base para a produção de produtos/serviços de informação diversos para comunidades e níveis diversos. O profissional de informação tem assim um duplo ganho: de um lado, aumentar seu poder de argumentação com especialistas – por meio do domínio teórico de seu campo de atuação – e, de outro, elaborar ou participar de equipes de especialistas diversos no que diz respeito ao conteúdo semântico dos elementos objetos de organização e ordenação.

O conhecimento necessário para uma realização bem-sucedida está no domínio do universo em discussão. E tal domínio passa pela análise e conhecimento obtido e materializado na definição. No entanto a escolha da definição está associada aos objetivos visados, o que nos leva a questões como: por que definir? Não podemos deixar de acrescentar: para que definir? E ainda: de qual lugar definir? Na Organização e Representação do Conhecimento, a definição, como tema de estudo, visa desenvolver princípios e métodos com o propósito de produzir instrumentos de acesso a registros do conhecimento científico ou prático de natureza



administrativa ou outra, acesso a objetos materiais de natureza não discursiva, ou seja, instrumentos de acesso ao conhecimento de natureza vária.

Nessa perspectiva, inserem-se os princípios adotados nesta comunicação. Mas o tema não se esgota aqui. Se esta comunicação privilegiou a relação conceito-definição, ela poderá ser enriquecida com a discussão sobre o termo, não apenas como este sendo designação de um conceito, acrescentando-se na discussão a relação definição-termo.

Ao introduzir o termo à discussão, introduzimos a comunicação. O *termo* é o meio de comunicação dos conceitos científicos e técnicos, funcionando como instrumento de uma definição lógica (VAKULENKO, 2013-2014). Nas ciências, a fala precisa ser clara, não ambígua, por meio de termos. Sem nos determos aos vários significados e teorias a respeito de ‘termo’, a literatura é unânime ao considerar que o *termo* é atribuído ao conceito quando a ele se junta uma definição. Então o conceito não existe fora da definição. Mesmo quando o ponto de partida é a palavra, caracterizada pela abordagem semasiológica, é fato que ela se torna *termo* quando integra um sistema terminológico e, implementado por sua definição, o *termo* corresponde a um conceito (BERGER, 1981).

Se o conceito não existe fora da definição, é fato, também, que esta fixa o significado do *termo*: por meio da definição, estabelece-se correspondência do *termo* com o conceito. A função básica da definição atribuída a um conceito é, então, a de fixar o significado do *termo*.

Por outro lado, é evidente a associação definição-classificação. Ela fica demonstrada, fica evidente que não é suficiente adotar ou seguir regras lógicas para a construção da definição; se esta for elaborada para um conceito isolado, ela pode resultar inexata. Então ela deve evidenciar o conceito em suas relações com outros do universo em que se insere. A definição real/semântica não apenas leva a um sistema de conceitos, como sua ordenação e inter-relacionamentos, produzindo um modelo do universo estudado.

Vale ressaltar, então, que a atividade de criar definições se realiza durante o processo de estabelecimento do sistema de conceitos. É por meio das



características especificadoras, acidentais de um objeto, que se constrói a classificação, a estrutura de um domínio a qual, então, fornece as condições para sua inclusão no enunciado do conceito em tela. O enunciado é, pois, resultado da análise do objeto.

O banco de conhecimento produzido com a tríade conceito-definição-termo evidencia – em especial por meio das definições – os postulados, princípios e métodos de um dado universo; daí o interesse que desperta entre engenheiros do conhecimento e estudiosos da Ciência da Informação e seu aprofundamento na Organização e Representação do Conhecimento.

REFERÊNCIAS

- BERGER, M. G. La terminologie en tant que science. In: RONDEAU, G.; FELBER, H. (org.). *Textes choisis de terminologie*. Québec: GIRSTERM, 1981. p. 303-315.
- CAMAS, V. B. Olvido y vigencia de el campesino polaco en Europa y América. *EMPIRIA: Revista de Metodología de Ciencias Sociales*, Madrid, n. 4, p. 211-240, 2001. DOI: <https://doi.org/10.5944/empiria.4.2001.885>. Disponível em: <http://e-socio.uned.es/fez/eserv/bibliuned:Empiria-2001-94F0D29B-9E9F-E049-DD3E-6BFB62F4A095/Documento.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- CAMPOS, M. L. A. O papel das definições na pesquisa em ontologia. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 220-238, jan./abr. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-99362010000100013>. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22422/18016>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- DAHLBEG, I. Les objets, les notions, les définitions et ses formes. In: RONDEAU, G.; FELBER, H. (org.). *Textes choisis de terminologie*. Québec: GIRSTERM, 1981a. p. 223-282.
- DAHLBERG, I. A referent-oriented, analytical concept theory of interconcept. *International Classification*, [s. l.], v. 5, n. 3, p. 122-151, 1978b. DOI 10.5771/0943-7444-1978-3-142. Disponível em: <https://www.nomos-eibrary.de/10.5771/0943-7444-1978-3-142.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- DAHLBERG, I. Conceptual definitions for interconcept. *International Classification*, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 16-22, 1981b.
- DAHLBERG, I. *Ontical structures and universal classification*. Bangalore: Sarada Ranganathan Endowment for Library Science, 1978a. 64 p.



- DAHLBERG, I. Terminological definitions: characteristics and demands. In: COLLOQUE INTERNATIONAL DE TERMINOLOGIE, 1982, Québec. *Actes de la conférence [...]*. Québec: GIRSTERM, 1983. Tema: Problèmes de la définition et de la synonymie en terminologie.
- FLICK, U. *Introducción a la investigación cualitativa*. Madrid: Morata, 2004.
- GOMES, H. E.; CAMPOS, M. L. A. *A organização do conhecimento na web: contribuições de Shiyali Ramamrita Ranganathan e Ingetraut Dahlberg*. Niterói: IACS/UFF, 2019. 58 p. (Grupo de pesquisa Estudos Ónticos e Ontológicos em Contextos Informacionais: representação, recuperação e métricas) (Cadernos Acadêmicos, n. 1). Disponível em: http://eooci.uff.br/wp-content/uploads/sites/319/2020/09/eooci_ca-1.pdf. Acesso em: 18 ago. 2022.
- LIMA, W. F. A lexicologia construcionista: uma proposta alternativa de estudo do léxico na linguagem em uso. In: ISQUERDO, A. N.; ALVES, I. M. (org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2007. p. 125-136.
- PAP, A. Theory of definition. *Philosophy of Science*, Chicago, v. 31, n. 1, p. 49-54, jan. 1964.
- RANGANATHAN, S. R. *Prolegomena to library classification*. Bombay: Asia Publishing House, 1967.
- ROCHE, C. Faut-il revisiter les principes terminologiques? In: TERMINOLOGIE & ONTOLOGIE: THÉORIES ET APPLICATIONS, 2., 2008, Annecy. *Actes de la conférence [...]*. Annecy: Institut Porphyre. Savoir et Connaissance, 2008. p. 53-72. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01354915/document>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- ROCHE, C. Le terme et le concept: fondements d'une ontoterminologie. In: TERMINOLOGIE & ONTOLOGIE: THÉORIES ET APPLICATIONS, 2007, Annecy. *Actes de la conférence [...]*. Annecy: Institut Porphyre. Savoir et Connaissance, 2007. p. 1-22. Disponível em: <https://arxiv.org/ftp/arxiv/papers/0801/0801.1275.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- ROCHE, C. Terminologie et ontologie. *Langages*, Paris, v. 1, n. 175, p. 48-62, 2005. DOI 10.3917/lang.157.0048. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-langages-2005-1-page-48.htm>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- SAUBERER, G. There is no knowledge without terminology: how terminological, methods and tools can help to manage monolingual and multilingual communication. *Systemics, Cybernetics and Informatics*, Flórida, v. 9, n. 2, p. 56-60, 2011. Disponível em: www.iiisci.org/journal/pdv/sci/pdfs/OL787QV.pdf. Acesso em: 18 ago. 2022.
- SEPPÄLÄ, S.; RUTTENBERG, A.; SMITH, B. Guidelines for writing definitions in ontologies. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 46, n. 1, 2017. Disponível em: <https://philpapers.org/archive/SEPGFW.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2022.



TAYLOR, S.; BOGDAN, R. *Introducción a los métodos cualitativos de investigación: la búsqueda de significados*. Barcelona: Paidós Básica, 1987. Disponível em: <http://mastor.cl/blog/wp-content/uploads/2011/12/Introduccion-a-metodos-cualitativos-de-investigaci%C3%B3n-Taylor-y-Bogdan.-344-pags-pdf.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2022.

TERMINOLOGY & ontology: theories and applications. In: ROCHE, C. *Ontoterminology*. [S. l.], c2020. Disponível em: <http://ontoterminology.com/toth>. Acesso em: 02 set. 2022.

VAKULENKO, M. Term and terminology: basic approaches and investigation methods (Eastern-European perspective). *IITF Journal*, [s. l.], v. 24, 2013-2014.

